

ENTREVISTA/ DANIEL DANTAS

“O Brasil está muito caro”

CORIOLANO GATTO

— O real está valendo mais do que o dólar?

— Com a abertura comercial, uma cozinha importada, por exemplo, é muito mais barata do que o produto nacional. E o empresário daqui tem desvantagens, pois as nossas taxas de juros são muito mais altas do que no exterior. Independentemente de outra coisa, o ideal é ter o país barato e com preços estáveis, porque a produção doméstica seria premiada, aumentaria o emprego e o país viraria um grande exportador. É óbvio que não é vantajoso exportar empregos. Bem, nessa situação cabe sempre a pergunta que foi feita a Bertrand Russel (filósofo inglês) sobre o que ele achava de completar 81 anos: “Diante da alternativa, é ótimo”, respondeu. Entre a alternativa de ter a inflação alta e um câmbio sobrevalorizado, esse é o preço a ser pago.

— Bem, então há de fato uma sobrevalorização do câmbio. Os economistas do governo discordam desta tese. Alegam que o fim da inflação mudou o regime monetário.

— No meu entender, não existe o assunto, se o câmbio está adequado ou não. Dado que seja possível conseguir a estabilidade dos preços, quanto mais baixo o câmbio, melhor. Quer dizer, quanto mais barata for a exportação de produtos para a Coreia, melhor. O problema é que, para fixar esse número ideal, o ingrediente macroeconômico é inviável, não está disponível. Qual seria a solução? É a política econômica asiática, de enormes superávits fiscais e enormes taxas de poupança interna. Assim, os juros ficariam baixos, o câmbio subvalorizado e a produção doméstica seria premiada. Nada poderia ser melhor em termos de desenvolvimento. Qual é a matéria-prima para produzir esse modelo? Disciplina, tanto do ponto de vista das contas públicas, quanto pessoal. Mas isso não é latino. O governo não vai ficar eficiente da noite para o dia. É um processo feito através, por exemplo, da privatização. Neste aspecto, o governo tem ido a uma velocidade aquém do que gosto, mas obtendo resultados além do que eu previa, como a imensa aceitação social da privatização. Não é a velocidade da Argentina, cujo programa foi feito dentro de um outro contexto.

— Mas o custo é alto?

— O nível do câmbio é uma virtude ou um custo? Não há virtude alguma em estar mais caro.

— Esse custo é pago pelas empresas?

— Sim, e em última análise é pago pelos empregos. Como as empresas buscam resultados, cortam a produção. Foi o que aconteceu na Argentina. O desemprego alto lá é, em parte, consequência da sobrevalorização da moeda, do plano de estabilização. O problema aqui não é, portanto, uma invenção do governo Fernando Henrique. Bem, tudo isso são as dores do processo inflacionário. Esse é o pós-operatório do plano que, diga-se de passagem, é brilhante em relação a outros. E

grama de privatização e acredita que não há mais a fórmula mágica para ficar rico. “Quando eu era garoto, na Bahia, a tradição era a seguinte: comprar cacau era comprar ouro. O tempo mostrou que nem o cacau era ouro nem ouro era cacau, pois ambas as cotações caíram muito.” Da mesma forma, ele acha que não existe garantia de que o setor de telecomunicações será a grande mina de ouro na virada deste século. Tudo vai depender, ensina, da boa gestão e dos parceiros que o empresário nacional buscar para tocar o negócio. Irônico, critica a sofisticação dos mercados, que criaram, nos anos 70, complexas operações chamadas de derivativas. “São os complicativos”, diz Dantas, que na terça-feira concedeu a seguinte entrevista ao JB em seu escritório, no Centro do Rio.

Roberto Faustino — 22/05/96



“É possível sonhar com um horizonte melhor, sim. Com a reforma constitucional sendo aprovada, o governo enxugando os gastos e a população de olhos puxados”

possível sonhar com um horizonte melhor? Sim: a reforma constitucional sendo aprovada, o governo enxugando os seus gastos e a população amanhecendo de olhos puxados. Aí funcionaria.

— A taxa maior do desemprego — que ainda está longe do nível alto da recessão dos anos 80 — pode ser atribuída a um problema estrutural?

— O desemprego estrutural só ocorre em países com alto progra-

ma de proteção, de segurança social. Pegue o exemplo dos Estados Unidos, Suíça ou Cingapura. Em Cingapura, o sujeito recebe o seguro-desemprego, mas é obrigado a ficar oito horas em uma escola; na França, ele recebe o dinheiro em casa. Os países que optaram por um regime mais selvagem não têm desemprego estrutural. E o Brasil não tem um programa de segurança social capaz de transformar o desemprego em deleite. Aqui o sujeito fica desempregado porque não consegue emprego. Não é, portanto,

um problema estrutural. Não chego a responsabilizar o câmbio por isso, mas se fosse mais desvalorizado seria um indutor de emprego. O ideal seria estabilidade de preços, taxa de juros baixa e taxa de câmbio depreciada. Esse seria o programa de sonhos: o governo seria um grande poupador e um grande aplicador — e não tomador — de recursos no mercado financeiro. Mas não estamos no mundo ideal. A nossa situação hoje é oposta: os juros são altos e o câmbio está valorizado. O ideal é o salário real ser alto, mas o salário expresso em moeda estrangeira ser baixo. Ou seja, o que o trabalhador pudesse consumir e comer ser alto, mas medido em dólar ser menor. Então, estariam exportando a cozinha e não importando-a. Temos marceneiros à vontade. As distorções que temos são decorrentes de um plano de estabilização muito bem administrado. Por outro lado, há outros efeitos colaterais, como a combinação dos juros com o câmbio, que causa problemas em empresas e aumenta a inadimplência no sistema bancário, causando problemas adicionais a bancos que já tinham dificuldades.

— Muitas empresas cortaram os empregos movidas pela chamada modernização. Essa ação não está relacionada com o desemprego estrutural?

— Nada disso. O programa de modernização ocorre naturalmente. Era preciso ter estímulos para a absorção de mão-de-obra. Outro dia alguém me disse que uma estatal que foi privatizada vai demitir quatro mil pessoas. Isso pode ser dito de outra maneira, bem no estilo americano: quatro mil pessoas serão disponibilizadas. Na verdade, o mesmo produto será mantido e quatro mil pessoas trabalharão em outro setor. A redução da quantidade de pessoas para produzir o mesmo produto é um enriquecimento para a sociedade. O trabalho é um fator de produção. Essa é a visão anglo-saxônica. A mentalidade colonialista portuguesa ensina que o trabalho precisa ser absorvido para manter uma certa estabilidade social.

— A dívida do governo em títulos quase triplicou durante o Plano Real. E a dívida global chega a 32% do PIB e é crescente. Bem, é menor do que a da Itália, mas o prazo de vencimento não é como lá. Enfim, como o senhor analisa esses números?

— É difícil a comparação. Tivemos um choque de credibilidade com o governo Fernando Henrique — é sério, honesto, bem-intencionado e percebido como tal. Comparada com os Estados Unidos ou a Itália, a dívida é baixa; comparada com países da África é alta. O endividamento é elevado para quem tem crédito. Dada a credibilidade que nos foi colocada, a dívida é administrável.

— Há risco na evolução desta dívida?

— Sim, se houver uma mudança na percepção de credibilidade. Neste aspecto, a reeleição ajuda enormemente, porque aumenta o horizonte de quatro para oito anos.

— E se não houver a reeleição e o PSDB for derrotado nas principais capitais?

— Se a perspectiva for um governo de continuidade ou similaridade, no caso de reeleição não passar, a dívida é administrável. Se houver novamente, como em 1989, uma polarização tipo Collor versus Lula, a dívida é alta demais.

— O governo Fernando Henrique perdeu a oportunidade de fazer as reformas mais importantes no primeiro ano de mandato. Agora, o senhor acha francamente que as reformas são essa tábua de salvação do plano?

— O programa de estabilização em curso resolve em grande parte a maioria dos problemas que temos. Veja um caso local: a Ponte Rio-Niterói, que foi privatizada, funciona. Há uma percepção de que a privatização melhorou a qualidade dos serviços, aumentando a eficiência da economia. Mas o regime democrático é lento, as mudanças acontecem devagar.

— Essas empresas que estão passando por um ajuste profundo precisam de algum tipo de amparo do Estado ou o próprio mercado resolve o problema? Em bom português, o senhor acredita no darwinismo social, na vitória dos mais fortes?

— Cada dia que passa vou mais na direção de menos amparo. Eu tenho sensibilidade para mecanismos compensatórios. Com o câmbio atual e os juros altos, faria sentido manter, por exemplo, algum tipo de restrição às importações. Mas não como o governo vem fazendo, mantendo tarifas diferenciadas de 70% para importação de carros e de 20% para o setor têxtil. Implicitamente, o Brasil diz que é mais importante fazer carros do que tecido, embora ninguém tenha pensado nessa tese. O ideal seria dar uma tarifa única para todos os setores dando proteção a qualquer setor doméstico. Isso só faz sentido como uma etapa de transição.

— Hoje é mais fácil ou mais difícil ganhar dinheiro do que há cinco anos?

— Na média, é mais difícil do que no passado. O Brasil está mais caro do que o resto do mundo, pois o câmbio se apreciou (real vale mais do que o dólar), fazendo com que as margens diminuam, e aumentou a concorrência internacional. E a taxa de crescimento grande — que poderia ser um mecanismo compensador — não pode se materializar, pois do contrário colocaria em risco a estabilização do Real. Então, o retorno do investimento certamente é menor.

— Em compensação, não existem mais oportunidades para fazer o negócio com muitas empresas à venda?

— O ganho das indústrias é menor. Mas a perspectiva é melhor, particularmente na área de intermediação de negócios, que é onde atuo. A credibilidade do país motivou a entrada dos estrangeiros. É um benefício semelhante ao trazido, no passado, pelas guerras com a imigração qualificada. O estímulo que está sendo dado ao consórcio de estrangeiros e nacionais na compra de estatais é excepcional. Nota dez para o governo Fernando Henrique. Esse influxo de tecnologia gerencial, de métodos, é muito interessante, porque força mudanças na estrutura institucional do Brasil.